

mal. São Paulo: Geração Editorial, 2000.

VELÉZ RODRÍGUEZ, Ricardo, *Tópicos especiais de filosofia moderna*. Juiz de Fora: EDUJFJ; Londrina: UEL, 1995.



MANIFESTO DOS MINEIROS: UMA ANÁLISE IDEOLÓGICA

Frederico de Carvalho e Castro
Graduando em História – CES-JF
fredegoso@gmail.com

Com a promulgação da Constituição de 1934, chegou ao fim o chamado governo provisório instaurado com a vitória da Revolução de 1930. A nova Constituição, elaborada por uma Assembléia Nacional Constituinte, introduziu no país uma nova ordem jurídico-política que consagrava a democracia, com a garantia do voto direto e secreto, da pluralidade sindical, da alternância no poder, dos direitos civis e da liberdade de expressão dos cidadãos. Particularmente para as mulheres, a Constituição de 1934 representou uma enorme conquista: pela primeira vez, tornavam-se eleitoras e elegíveis. Mas a Constituição durou pouco.

Três anos depois, antes mesmo que a primeira eleição que elegeria o novo presidente se realizasse, Getúlio Vargas deu um golpe para manter-se no poder e instaurou uma ditadura, conhecida como Estado Novo.

Assim, em 10 de novembro de 1937, foi outorgada uma nova Constituição, idealizada e redigida pelo ministro da Justiça, Francisco Campos. A nova Carta incluía vários dispositivos semelhantes aos encontrados em constituições de regimes autoritários vigentes na Europa, como as de Portugal, Espanha e Itália. Com o Congresso Nacional fechado e com a decretação de rigorosas leis de censura, Vargas pôde conduzir o país sem que a oposição pudesse se expressar de forma legal.

Para os construtores desse novo Estado, era preciso deixar para trás aquilo que seria o causador de todos os males da nação - o liberalismo. Para eles, a decretação do Estado Novo era o complemento da Revolução de 1930, cujos ideais estavam sendo traiçoeiramente atingidos pela Constituição liberal de 1934. A crise da liberal-democracia exigia uma solução que somente um poder forte, autoritário, estaria em condições de oferecer. O intervencionismo estatal iniciado em 1930, ainda que de forma não ostensiva, seria intensificado e se tornaria a marca dos novos tempos.

O desenvolvimento econômico através da industrialização era a grande meta estadonovista e, para viabilizar esse propósito maior, foram criados vários órgãos de apoio em áreas estratégicas, como por exemplo, o Conselho Nacional do Petróleo, o Conselho Federal de Comércio Exterior, e a Coordenação de Mobilização Econômica - esta, instituída em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

O Estado Novo parece ter nascido, vivido e morrido sob a égide das transformações mundiais. Se o florescimento de regimes autoritários na Europa encorajou o presidente Vargas a instaurar no país um regime político autoritário,

esse mesmo regime conheceu o apogeu e a queda sob a influência da Segunda Guerra.

A queda repentina das exportações de produtos agrícolas brasileiros, como o café, o cacau e a laranja, e a escassez de produtos essenciais importados, como o carvão, a gasolina, o óleo combustível e máquinas, exigiram uma resposta industrializante. Mas o país precisava de auto-suficiência no setor siderúrgico para poder acelerar o processo de industrialização. O apoio americano para a criação de uma grande companhia siderúrgica veio em troca do apoio brasileiro aos países aliados.

Da mesma forma que a guerra possibilitou o desenvolvimento da indústria de base, a partir da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, ela provocou também, ainda que indiretamente, o fim do regime ditatorial. Com a vitória dos aliados, tornava-se difícil manter no Brasil um regime autoritário. Afinal, o Brasil havia emprestado seu apoio à causa internacional da democracia. As pressões internas se faziam sentir, com manifestações em diferentes estados, desde outubro de 1943, quando foi divulgado o [Manifesto dos Mineiros](#) - documento em defesa das liberdades democráticas assinado por intelectuais, profissionais liberais e empresários. Manifesto divulgado em outubro de 1943 por membros da elite liberal de Minas Gerais, defendendo o fim da ditadura do Estado Novo e a redemocratização do país. Entre seus 92 signatários incluíam-se Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Artur Bernardes, Afonso Arinos de Melo Franco, Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamini, Afonso Pena Jr., Alaor Prata, Bilac Pinto, Daniel de Carvalho, José de Magalhães Pinto, Mário Brant e Odilon Braga.

Com a instauração da ditadura do Estado Novo, os setores liberais, ainda que não tivessem sofrido a violenta perseguição destinada aos setores de esquerda, principalmente aos comunistas, também se viram impossibilitados de agir sobre os destinos políticos da nação. Essa situação só começou a se modificar quando o

governo brasileiro optou por apoiar os Aliados na Segunda Guerra Mundial. A contradição entre as posturas externa e interna foi logo apontada pelos setores de oposição, que aproveitaram a oportunidade para romper o longo silêncio a que haviam sido obrigados.

As manifestações estudantis de apoio aos Aliados, realizadas durante o ano de 1942, transformaram-se em atos pela democracia e representaram uma primeira transgressão à ordem ditatorial. Em agosto de 1943, representantes de Minas Gerais no Congresso Jurídico Nacional manifestaram-se a favor da redemocratização. Em seguida, membros da elite mineira realizaram sucessivas reuniões no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, decidindo divulgar um manifesto público que explicitasse suas aspirações democráticas. Surgiu assim o Manifesto dos Mineiros, a princípio intitulado Manifesto ao Povo Mineiro. Num primeiro momento foram tirados 50 mil exemplares do documento, impressos clandestinamente em uma gráfica de Barbacena e distribuídos de mão em mão ou jogados por baixo das portas das residências, em virtude da censura à imprensa ainda vigente. Sua importância decorreu do fato de ter sido a primeira manifestação aberta contra a ditadura, assinada por indivíduos pertencentes a famílias de grande tradição social e política em Minas Gerais.

A reação do governo não tardou. Embora os signatários do manifesto não tenham sofrido qualquer tipo de perseguição policial, muitos deles foram afastados dos cargos públicos que ocupavam ou foram demitidos de seus empregos em empresas privadas em virtude das pressões exercidas pelo governo.

O Manifesto dos Mineiros abriu caminho para que outros documentos da mesma natureza viessem a público, como a Carta aos Brasileiros, divulgada por Armando de Sales Oliveira em dezembro de 1943, quando ainda se encontrava no exílio, e a Declaração de Princípios do I Congresso Brasileiro de Escritores, de

janeiro de 1945.

II-Signatários do Manifesto dos Mineiros

II.1 ODILON DUARTE BRAGA

Odilon Duarte Braga nasceu em Guarani (MG), em 1894.

Advogado, ingressou na Escola de Direito do Colégio Granbery, em Juiz de Fora (MG). Em seguida, transferiu-se para a capital federal, concluindo seu curso na Faculdade de Ciências Jurídicas o Rio de Janeiro, em 1916. Ainda na época que residia em Juiz de Fora, engajou-se na campanha civilista de Rui Barbosa à presidência da República. Após formar-se, exerceu a advocacia em diferentes municípios mineiros e foi promotor público em Ubá (MG).

Amigo pessoal do presidente Raul Soares foi seu oficial-de-gabinete na Secretaria do Interior de Minas e no Ministério da Marinha, durante o governo do presidente Epitácio Pessoa. Foi também vereador no município de Rio Pomba (MG). Em 1923, elegeu-se deputado estadual pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Em 1927, chegou à Câmara Federal pela mesma legenda. No final do governo de Antônio Carlos no governo mineiro, assumiu a Secretaria de Segurança. Nesse posto, desempenhou importante papel no apoio à Revolução de 1930 em Belo Horizonte. Após a posse de Vargas na presidência, porém, afastou-se do governo em função de divergências políticas. Passou a dedicar-se exclusivamente ao seu trabalho no departamento jurídico do Banco do Brasil.

Em 1933, elegeu-se deputado federal constituinte por seu estado natal, na legenda do Partido Progressista (PP). Em julho do ano seguinte, logo após a promulgação da nova carta constitucional, foi nomeado para o Ministério da Agricultura. Exonerou-se do cargo em novembro de 1937, por discordar da implantação da ditadura do Estado Novo por Vargas. Retornou mais uma vez, então, ao Banco do Brasil

Foi dirigente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e signatário, em 1943, do Manifesto dos Mineiros, documento divulgado pelas elites políticas daquele estado, exigindo o retorno do país ao regime democrático. Por conta desse posicionamento, sofreu represálias por parte do governo federal, que o afastou de seu cargo no Banco do Brasil e exerceu fortes pressões para que sua demissão se efetivasse também na empresa privada em que trabalhava.

Foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), partido que aglutinava a maior parte da oposição liberal ao Estado Novo, tendo sido um dos membros de sua primeira comissão executiva nacional. Nas eleições presidenciais de 1950, concorreu como candidato a vice-presidente na chapa do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela UDN, sendo derrotados pela chapa Getúlio Vargas-Café Filho. Entre 1950 e 1952 exerceu a presidência do partido. Em 1954, elegeu-se deputado federal pelo Distrito Federal.

Morreu no Rio de Janeiro, em 1958.

II. Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior

III. Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Filho de Orlando da Silva Rosa Bonfim e de Maria Gasparini Bonfim, nasceu no dia 14 de janeiro de 1915, em Santa Tereza, Espírito Santo.

Fez seus primeiros estudos em Vitória.

Mudando-se para Belo Horizonte, fez o curso de Direito na UFMG e exercia as atividades de jornalista no "Estado de Minas", jornal de grande circulação, do qual, ainda jovem, foi Secretário. Foi jornalista até 1964, quando o jornal que dirigia no Rio, "Novos Rumos", foi fechado. Orlando foi eleito vereador em Belo Horizonte nas eleições de 1946, tendo sido líder do seu partido, o PCB.

Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros e passou a dirigir jornais partidários e a advogar gratuitamente. Em 1958 mudou-se para o Rio de Janeiro, e começou a trabalhar na "Imprensa Popular".

Uma das participações mais marcantes de Orlando foi na greve dos Operários do Morro da Mina, que durou 43 dias. Orlando atuou como advogado dos operários, morou com eles e foi lá que, procurado vivo ou morto, conseguiu cobertura de casa em casa, escondendo-se da polícia.

No dia 8 de outubro de 1975, sua família ficou sobressaltada por um telefonema anônimo, em que alguém, dizendo-se tratar de "um amigo de seu pai", comunicava a um dos filhos a prisão de Orlando e pedia que a família contratasse um advogado e comunicasse o fato à ABI. Imediatamente, os filhos e o Comitê Central do PCB mobilizaram-se para localizá-lo.

No mesmo dia, foi feito contato com uma autoridade em Brasília, que prometeu elucidar o desaparecimento de Orlando em 72 horas. Passaram-se as horas, os dias, os anos e Orlando nunca foi encontrado, apesar dos esforços de partidos políticos e entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Comitê Brasileiro pela Anistia, Comissão de Justiça e Paz e OAB. Todos os instrumentos legais foram acionados e, no dia 13 de outubro, seu advogado deu entrada a uma petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde Orlando Bonfim tinha um mandado de prisão preventiva decretado. De acordo com a petição, qualquer dependência policial ou militar em que se encontrasse, deveria comunicar o fato imediatamente à Marinha.

Seu corpo nunca foi encontrado e paira a angústia de não saber seu paradeiro, como o de tantos outros companheiros dados como desaparecidos.

Orlando Bonfim Júnior era casado e pai de seis filhos: Regina, Orlando, Roberto, Olga, Sérgio e Beatriz. Segundo depoimento de amigos e familiares era uma pessoa de caráter sincero e franco. Sua convivência era a mesma em qualquer nível social, tanto era liberal, respeitado, no meio operário, como entre políticos e intelectuais.

Era um espírito aberto e "sem verdades pré-fabricadas". Era admirado por

todos que tinham o privilégio de desfrutar do seu convívio. Um de seus filhos contou que uma de suas irmãs era religiosa "devotada" e o pai que era ateu jamais reprimiu a filha, pelo contrário, acordava-a sempre para que não perdesse o horário da missa.

Orlando era um ídolo para os filhos que não se conformaram em ter o pai arrolado na lista de presos políticos desaparecidos.

De acordo com declarações do ex-sargento do DOI-CODI/SP, Marival Dias Chaves do Canto, em declarações à revista "Veja" de 18/11 /92, Orlando Bonfim Júnior, como pertencente à cúpula do PCB, foi morto com injeção para matar cavalo. Foi capturado no Rio de Janeiro pelo Destacamento de Operações e de Informações de São Paulo e levado para o cárcere Castello Branco. Foi morto e jogado no Rio Avaré, no trecho entre a cidade de Avaré/SP e a rodovia Castelo Branco

Nos documentos encontrados no DOPS/SP lê-se:

- 14/7/64 - Cassado pelo AI-1 de 1964;

- 1/6/71 - foi condenado a 7 anos de prisão pela Auditoria da 4ª RM.

22/9/78 - O Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha o absolveu por insuficiência de provas.

II.2.1 No livro "Desaparecidos Políticos", sua filha, Beatriz Bonfim, diz:

"Preso no Rio de Janeiro, nas proximidades do bairro de Vila Isabel na tarde do dia 8, a favor dele foi impetrado um habeas corpus junto ao STM pelo advogado Humberto Jansen Machado da ABI... No dia 13, o advogado entrou com uma petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde Orlando Bonfim tinha um mandado de prisão preventiva decretado.

Cartas foram enviadas ao MDB, ao Ministro da Justiça, a parlamentares. Contatos foram feitos e mantidos com a CNBB, CBA em São Paulo, CJP do Rio e São Paulo, com o Cardeal D. Eugênio Sales. Uma carta também foi enviada à OAB, entidade da qual Orlando Bonfim era membro pela seção Minas Gerais.

A angústia não datava, porém, de 8 de outubro. Ela vinha desde 1964, quando nosso pai foi arrancado do nosso convívio e da sociedade para entrar numa clandestinidade forçada pela situação política. Uma clandestinidade que era, mais uma vez, uma opção de vida, de uma luta, de uma dedicação a um ideal. Mas esta mesma clandestinidade era pesada para um homem cheio de hábitos simples e pequenos, como criar canários, ir à praia, pescar, falar com as pessoas, tomar um aperitivo no bar da esquina.

No dia 31 de outubro a família recebeu a informação, vinda através de amigos e de áreas militares, de que ele estava preso no DOI-CODI/RJ. Todos os contatos foram retomados. Novas cartas foram despachadas e a ABI, solicitada, enviou um pedido de informação ao comandante do I Exército, General Reynaldo Mello de Almeida... Mas, 11 dias depois, o I Exército informava que ele não estava e nunca estivera lá. A resposta de outras áreas militares seria idêntica, ninguém assumia sua prisão.

No dia 27 de novembro surgiu o primeiro boato. Como sempre, a origem era de 'fontes militares'. A redação do jornal 'O Estado de São Paulo' recebeu um telefonema anônimo informando que Orlando Bonfim estava morto. No mesmo dia a sucursal carioca da Folha de São Paulo recebia um telex informando sua morte. Morte na prisão, durante interrogatório."

II.3 AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

Afonso Arinos de Melo Franco nasceu em Belo Horizonte, em 1905. Membro de uma tradicional família de políticos, intelectuais e diplomatas, seu pai, Afrânio de Melo Franco, foi ministro da Viação no governo de Delfim Moreira (1918-1919), embaixador do Brasil na Liga das Nações e ministro das Relações Exteriores de Vargas entre 1930 e 1933. Seu tio homônimo foi renomado escritor da escola regionalista. Um de seus irmãos, Virgílio de Melo Franco, foi importante liderança civil da Revolução de 1930.

Advogado e diplomata, Afonso Arinos formou-se em 1927 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Na juventude dedicou-se à literatura e acompanhou seu pai em missões diplomáticas no exterior. Ocupou-se também do jornalismo, atividade que desempenharia em vários momentos de sua vida.

Em 1930, participou da campanha da Aliança Liberal, que lançou Getúlio Vargas à presidência da República em oposição ao candidato do governo, o paulista Júlio Prestes. Acompanhou de perto as articulações que levaram à deposição de Washington Luís em outubro de 1930, mas, por motivos de saúde, não chegou a tomar parte pessoalmente do movimento.

Em 1932, cumpriu missões diplomáticas na Europa. No ano seguinte, assumiu a direção d'*O Estado de Minas* e do *Diário da Tarde*, jornais pertencentes aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Em 1934, com seu pai e seu irmão já na oposição a Vargas, fundou e dirigiu a *Folha de Minas*. Professor de história do Brasil na Universidade do Distrito Federal em 1936, nos anos seguintes, com a instalação da ditadura do Estado Novo, dedicou-se prioritariamente às atividades acadêmicas.

Em 1943, vinculou-se à Sociedade Amigos da América, organização que defendia a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados e a redemocratização do país. Nesse mesmo ano, foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, documento que rompia a censura do Estado Novo e reivindicava a volta do país ao regime democrático. Por conta disso, foi demitido do cargo que ocupava na consultoria jurídica do Banco do Brasil.

Em janeiro de 1945, participou do I Congresso Nacional de Escritores, realizado em São Paulo, evento que assumiu forte conteúdo de contestação ao regime. Em abril do mesmo ano, com a redemocratização em andamento, participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN), tendo sido um dos autores do manifesto de lançamento desse partido, que reunia a oposição liberal ao Estado Novo.

Em 1947, concorreu a uma vaga de deputado federal constituinte por Minas Gerais, mas obteve apenas a primeira suplência udenista. Assumiu a cadeira na Câmara após a promulgação da nova Constituição, quando aquela assembléia assumiu funções legislativas ordinárias. Manteve-se na Câmara por muitos anos, conquistando sucessivas reeleições e exercendo enorme influência na vida

parlamentar brasileira. No início dos anos 50, foi aprovada no Congresso seu projeto de lei que tornava a discriminação racial uma contravenção penal, conhecido como lei Afonso Arinos. Pouco antes, conquistara, através de concursos públicos, a cadeira de direito constitucional nas Universidades do Rio de Janeiro e do Brasil.

Com a volta de Vargas ao poder, no início da década de 50, promoveu cerrada oposição ao governo. Foi então líder da UDN na Câmara e um dos integrantes da ala mais exaltada do partido, conhecida como a Banda de Música. Na crise deflagrada em 1954, que culminaria no suicídio de Vargas, propôs a renúncia do presidente e a intervenção das Forças Armadas.

Em 1958, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. No final desse ano elegeu-se para o Senado pelo Distrito Federal, sempre pela UDN. Em janeiro de 1961, com a posse de Jânio Quadros, foi nomeado ministro das Relações Exteriores. Desenvolveu a frente do Itamarati uma política externa independente, marcada pelo não alinhamento automático aos Estados Unidos, a aproximação com os países do bloco socialista, o reconhecimento do governo de Fidel Castro em Cuba e a condenação explícita do colonialismo na África e na Ásia. Deixou o ministério com a renúncia de Jânio e voltou ao Senado, onde cumpriu importante papel no encaminhamento da solução parlamentarista diante das resistências de setores militares à posse do vice-presidente João Goulart. Durante a vigência do sistema parlamentarista, voltou a chefiar o Itamarati como membro do gabinete Brochado da Rocha (julho-setembro/1962).

Partidário do golpe militar que depôs Goulart em 1964 foi um dos fundadores, em 1966, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político de

sustentação do regime militar. Nesse ano, ao findar seu mandato no Senado, deixou a atividade parlamentar sem tentar nova reeleição. Crítico dos rumos do regime retomou suas atividades docentes e literárias.

Em 1986, após o término do período ditatorial, voltou à vida política, elegendo-se senador pelo Partido da Frente Liberal (PFL) do Rio de Janeiro para participar da Assembléia Nacional Constituinte. Presidente da Comissão de Sistematização da Assembléia cumpriu importante papel na primeira fase dos trabalhos constituintes, abertos em fevereiro de 1987. Em 1988, transferiu-se em para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Morreu no Rio de Janeiro, em 1990, em pleno exercício do mandato de senador.

II.4 ARTUR DA SILVA BERNARDES

Artur da Silva Bernardes nasceu em Viçosa (MG), em 1875.

Advogado, iniciou seus estudos na Faculdade Livre de Direito de Ouro Preto (MG) e concluiu-os na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1900. Elegeu-se vereador em Viçosa, em 1904, pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Para impulsionar sua carreira política contou com a ajuda do sogro, Carlos Vaz de Melo, que detinha enorme influência na região, e de quem se tornou herdeiro político. Em 1907, deixou a Câmara Municipal de sua cidade para assumir uma cadeira de deputado estadual. Dois anos depois, chegava à Câmara Federal. Em setembro de 1910, assumiu a Secretaria de Finanças, cargo que ocupou até 1914. No ano

seguinte, retornou à Câmara dos Deputados, onde permaneceu até 1918. Em setembro desse ano tornou-se presidente de Minas Gerais.

A eleição de Bernardes ao governo mineiro representava a ascensão de uma nova geração na política do estado. Seu governo foi marcado, entre outras coisas, pela oposição às atividades do empresário norte-americano Percival Farquhar, proprietário da Itabira Iron Ore Company.

Em 1922, chegou à presidência da República, após campanha eleitoral bastante acirrada. Apoiado por São Paulo, Bernardes teve que enfrentar o candidato da Reação Republicana, o ex-presidente Nilo Peçanha, que aglutinava o apoio dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Durante a campanha, Bernardes foi atingido pelo episódio das "cartas falsas", quando foi acusado da autoria de cartas publicadas na imprensa contendo referências ofensivas ao marechal Hermes da Fonseca. Ainda durante a campanha ficou comprovado que as cartas haviam sido forjadas, mas a contestação ao nome de Bernardes nos meios militares já se tinha tornado irreversível. Apesar de tudo, acabou eleito no pleito realizado em março de 1922.

Antes de sua posse, porém, o cenário político seria agitado pela eclosão do primeiro da série de levantes tenentistas que marcariam a década de 1920 no Brasil. Inconformados com a eleição de Bernardes e também com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes, ordenados pelo presidente Epitácio Pessoa após conflitos em torno da eleição para o governo pernambucano, jovens militares desencadearam no Rio de Janeiro uma fracassada rebelião com o objetivo de depor o governo federal. O levante, ocorrido o em julho de 1922, ficou conhecido como o 18 do Forte. Em novembro daquele ano, Bernardes tomou posse

na presidência da República sob estado de sítio.

O tenentismo voltou a se manifestar em julho de 1924, quando um novo levante foi deflagrado, desta vez na capital paulista, com repercussões em outros estados. Os rebeldes assumiram o controle da cidade por três semanas, com o objetivo de depor Bernardes. Sem condições de enfrentar as tropas legalistas, os rebeldes paulistas se retiraram de São Paulo e se dirigiram ao estado do Paraná, onde se juntaram a revoltosos gaúchos e deram origem à Coluna Prestes, o exército guerrilheiro que durante dois anos percorreu o interior do Brasil em campanha contra o governo federal. Por conta desses episódios, o governo de Bernardes foi marcado pela forte repressão movida contra os setores oposicionistas - fossem ou não ligados aos militares rebeldes - e pela censura à imprensa.

Em novembro de 1926, passou o governo ao paulista Washington Luís e, em seguida, foi eleito para o Senado Federal.

Em 1930, apoiou a candidatura presidencial oposicionista de Getúlio Vargas, lançada pela Aliança Liberal, que reunia as oligarquias dirigentes dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e que contava também com o apoio da maioria dos "tenentes" que haviam se rebelado contra o seu governo anos antes. Com a derrota eleitoral de Vargas para o paulista Júlio Prestes, o candidato situacionista, iniciaram-se as articulações com o objetivo de promover a derrubada de Washington Luís pelas armas. Bernardes deu apoio a essas articulações que acabaram resultando no movimento iniciado em 3 de outubro de 1930 e que, de fato, levou Vargas ao poder.

Apesar de seu apoio à revolução, Bernardes logo passou a ter que enfrentar

o processo de esvaziamento de sua influência política e do PRM, em função da criação da Legião Revolucionária em Minas Gerais. Em 1932, deu apoio ao Movimento Constitucionalista deflagrado em São Paulo contra o governo de Vargas, tentando sublevar a Força Pública de Minas Gerais em apoio aos paulistas. Por conta disso foi preso e enviado para o exílio em Portugal, onde permaneceu por cerca de um ano e meio.

Em outubro de 1934, logo após ter sido anistiado, elegeu-se deputado federal pelo PRM e passou a integrar a Minoria Parlamentar, bloco que fazia oposição a Vargas no Congresso. Apesar de sua postura oposicionista, deu apoio ao pedido de Vargas para instalar o estado de sítio após o levante promovido por setores de esquerda, em novembro de 1935.

Deu apoio à candidatura do governador paulista Armando de Sales Oliveira à presidência da República, tendo, inclusive, presidido a União Democrática Brasileira (UDB), efêmera organização criada para dar sustentação àquela candidatura. A eleição presidencial, prevista para o início de 1938, acabou cancelada pelo golpe do Estado Novo, em novembro do ano anterior, que resultou também no fechamento do Congresso. Durante a ditadura varguista teve seus movimentos severamente vigiados pelos órgãos de segurança, chegando a ser obrigado a se confinar em sua fazenda, em Viçosa.

Em 1943, foi signatário do Manifesto dos Mineiros, documento que rompeu com a censura ao exigir a volta do país ao regime democrático. Com a redemocratização em 1945, ingressou na União Democrática Nacional (UDN), mas logo a deixou para criar a sua própria agremiação, o Partido Republicano (PR). Deu apoio, contudo, a Eduardo Gomes, o candidato udenista na eleição presidencial de

1945.

Nesse mesmo ano, elegeu-se deputado federal constituinte e, em seguida, foi presidente da comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados. Em 1950, não conseguiu reeleger-se, mas como suplente assumiu diversas vezes o mandato na Câmara até 1954, quando voltou a conquistar um mandato efetivo. Nesse período, marcou sua atuação parlamentar pela defesa de teses nacionalistas, destacando-se na campanha pelo monopólio estatal do petróleo.

Morreu no Rio de Janeiro, em 1955.

II.5 MÍLTON SOARES CAMPOS

Milton Soares Campos nasceu em Ponte Nova (MG), em 1900.

Advogado, ingressou na Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1918. Nesse ano, apoiou os candidatos oposicionistas da Reação Republicana aos governos de Minas Gerais e da República, respectivamente Francisco Sales e Nilo Peçanha, ambos derrotados. Ainda em seus tempos de universitário, travou amizade com jovens literatos da capital mineira, na sua maioria influenciados pelo modernismo, entre os quais Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco e Gustavo Capanema.

A partir de 1925, sem abandonar a advocacia, passou a dedicar-se profissionalmente ao jornalismo. Em 1930, ainda em Belo Horizonte, deu apoio à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República e, com a derrota de

Vargas, ao movimento armado que depôs o presidente Washington Luís. No ano seguinte, ingressou na Legião Mineira, organização de vida efêmera, criada para dar apoio ao novo regime. Em 1932, foi nomeado advogado-geral do estado de Minas Gerais.

Em 1934, elegeu-se deputado estadual constituinte em Minas Gerais, na legenda do Partido Popular (PP), agremiação que oferecia sustentação aos governos federal e estadual. Permaneceu na Assembléia Legislativa mineira até novembro de 1937, quando o golpe do Estado Novo decretou o fechamento de todas as casas legislativas do país. Nessa ocasião, manifestou-se contrário ao estabelecimento da ditadura varguista.

Durante o Estado Novo (1937-1945), dedicou-se ao ensino superior e à advocacia, presidindo a seção mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Após o início da Segunda Guerra Mundial, ingressou na Sociedade Amigos da América, entidade que defendia o apoio aos Aliados e aos regimes democráticos. Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, documento divulgado em outubro de 1943, representando a primeira iniciativa de envergadura dos setores liberais contra o Estado Novo. Por conta disso, foi exonerado do cargo de advogado da Caixa Econômica Federal.

Com o início do processo de redemocratização do país, em 1945, foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), agremiação que reunia a oposição liberal ao Estado Novo. Em dezembro desse ano, elegeu-se deputado federal constituinte por Minas Gerais. Dois anos depois, ganhou a eleição para o governo mineiro, numa ampla coligação que, além da UDN, incluía dissidentes do Partido Social Democrático (PSD), o Partido Republicano do ex-presidente Artur

Bernardes, integralistas e comunistas. Terminou seu mandato em janeiro de 1951, transferindo o governo a Juscelino Kubitscheck, eleito pelo PSD.

Em outubro de 1954, voltou a eleger-se para a Câmara Federal. Em abril do ano seguinte, assumiu a presidência nacional da UDN, e nesse mesmo ano foi lançado como candidato udenista à vice-presidência da República, compondo chapa com o general Juarez Távora, sendo ambos derrotados pela chapa Kubitscheck-João Goulart. Em maio de 1957, afastou-se da presidência da UDN. Em outubro do ano seguinte, elegeu-se senador por Minas Gerais. Dois anos depois voltou a concorrer à vice-presidência da República, sendo novamente derrotado por João Goulart.

Participou ativamente das articulações que levaram ao golpe militar de 1964, que afastou Goulart da presidência. Em abril desse ano, logo após a instalação do novo regime, foi nomeado ministro da Justiça pelo presidente Castelo Branco. Deixou o cargo em outubro de 1965, retornando ao Senado. Filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido criado após a instalação do bipartidarismo e base de apoio ao regime militar, renovou seu mandato de senador em 1966.

Morreu em Belo Horizonte, em 1972.

II.6 VIRGILIO ALVIM DE MELO FRANCO

Virgílio Alvim de Melo Franco nasceu em Ouro Preto (MG), em 1897. Sua família possuía grande influência na política mineira e nacional. Seu pai, Afrânio de Melo Franco, ocupou postos importantes no governo e no Parlamento durante a

República Velha, e foi o primeiro ministro das Relações Exteriores do país após a Revolução de 1930. Seu irmão, Afonso Arinos de Melo Franco, também chefiou o Itamarati, no início da década de 60.

Advogado, Virgílio de Melo Franco formou-se pela Faculdade Livre de Direito, do Rio de Janeiro, em 1918. Nessa mesma época, exerceu seu primeiro cargo público, como chefe de gabinete de seu pai, quando este esteve à frente do Ministério da Viação, no governo de Delfim Moreira (1918-1919).

Em 1922, elegeu-se deputado estadual em Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM), ao mesmo tempo em que apoiava a eleição do mineiro Artur Bernardes à presidência da República. Nessa ocasião, foi incumbido por Bernardes de buscar peritos na Europa que comprovassem a falsidade das cartas que a imprensa lhe atribuía, contendo referências agressivas às Forças Armadas. O episódio das "cartas falsas", como ficou conhecido, marcou o agravamento das resistências ao nome de Bernardes entre a jovem oficialidade militar, que logo depois iniciaria o ciclo das revoltas tenentistas contra o seu governo.

Durante o governo de Washington Luís, Virgílio aproximou-se da oposição e dos tenentes, passando a cogitar da derrubada do regime pela via armada mesmo antes da derrota da Aliança Liberal, no pleito presidencial realizado em março de 1930. Concretizada a derrota eleitoral de Vargas, retomou as atividades conspirativas e esteve entre os principais articuladores da insurreição de outubro daquele ano, que depôs Washington Luís e impediu que Júlio Prestes, eleito em março, tomasse posse. Foi, então, um dos principais elos de ligação entre os tenentes e os velhos políticos da Aliança Liberal, que se mostravam reticentes diante da opção armada.

Com a vitória do movimento, recusou os cargos que lhe foram oferecidos por Vargas no novo governo, esperando ser nomeado interventor federal em Minas Gerais. O governo mineiro, porém, foi o único a não sofrer a intervenção do governo federal, já que Vargas preferiu manter Olegário Maciel no posto, evitando assim perder o apoio do PRM. No início de 1931, Virgílio publicou Outubro, 1930, obra em que apresenta um relato vivo do processo revolucionário.

Embora sem cargo público, manteve grande influência nos primeiros anos do novo regime, inclusive contando com importantes contatos nos meios jornalísticos. Suas pretensões com relação ao governo mineiro levaram-no a participar da fracassada tentativa de golpe deflagrada contra Olegário Maciel, em agosto de 1931, que contou com o apoio do ministro Osvaldo Aranha e a conivência do próprio Vargas. Em seguida, passou a apoiar as iniciativas de pacificação da política mineira, como a criação do Partido Social Nacionalista (PSN), tentativa de fusão do tradicional PRM com a Legião de Outubro, organização de moldes fascistas criada em apoio à nova ordem. O "acordo mineiro", porém, durou pouco. A eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em julho de 1932, ganhou o apoio da facção do PRM chefiada por Bernardes, enquanto a maioria dos dirigentes mineiros, incluindo Virgílio, mantinha-se fiel ao governo federal.

No início de 1933, elegeu-se deputado federal constituinte na legenda do Partido Progressista (PP), de Minas Gerais, nova agremiação que aglutinava os setores situacionistas no âmbito estadual e federal. Em setembro daquele ano, a morte de Olegário Maciel voltou a agitar a política mineira. O processo de indicação de seu sucessor mobilizou não só os mineiros, mas também os políticos que disputavam posições na política nacional. Duas fortes candidaturas então se apresentaram: a de Virgílio, apoiada pelo ministro da Fazenda Osvaldo Aranha; e a

de Gustavo Capanema, membro do secretariado de Olegário e seu substituto interino à frente do governo, que obteve o decidido apoio do governador gaúcho Flores da Cunha. Para surpresa geral, porém, Vargas optou por nomear para a interventoria mineira um nome de pouca expressão, o do deputado federal Benedito Valadares. Em protesto, Virgílio renunciou à liderança da bancada mineira na Constituinte e seu pai deixou o Ministério das Relações Exteriores. Oswaldo Aranha também chegou a renunciar à pasta da Fazenda, mas dias depois voltou atrás e reassumiu seu posto.

Desde então Virgílio passou a alinhar-se com a oposição ao governo federal. Em 1935, pediu esclarecimentos a Luís Carlos Prestes sobre a natureza política da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização que reunia setores antifascistas de diversos matizes, inclusive comunistas e socialistas, mas não chegou a se comprometer com o movimento. Dois anos depois, manifestou-se contrário à instauração da ditadura do Estado Novo.

Em 1942, após a declaração de guerra do Brasil às potências do Eixo, estabeleceu uma última aproximação com Vargas, a quem escreveu oferecendo-se para colaborar com o governo em um momento de união nacional. Foi então nomeado interventor no Banco Alemão Transatlântico, principal agência financeira da Alemanha no Brasil. Não deixou, porém, de vincular-se aos setores liberais quando esses voltaram a se manifestar, motivados pelo alinhamento brasileiro aos países democráticos no âmbito internacional. Em outubro de 1943, foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, documento que representou o primeiro golpe na censura do Estado Novo, após muitos anos. Por conta disso, foi exonerado da direção do Banco Transatlântico. No final de 1944, foi preso por alguns dias, acusado de atividades contra o regime. Em janeiro do ano seguinte, participou,

como delegado do Distrito Federal, do Congresso Brasileiro de Escritores, evento que representou novo golpe no regime ditatorial.

Ainda em 1945, esteve entre os principais articuladores da União Democrática Nacional (UDN), partido político que reunia a oposição liberal ao Estado Novo, que lançou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à eleição presidencial marcada para dezembro daquele ano. Realizado o pleito, porém saiu vencedor o general Eurico Gaspar Dutra, candidato das forças que haviam apoiado o Estado Novo, aglutinadas no Partido Social Democrático (PSD). Tempos depois, Virgílio manifestaria sua oposição à aproximação da UDN com o novo governo. Mesmo assim manteve-se à frente do diretório do partido em Minas Gerais.

Morreu assassinado no Rio de Janeiro, em 1948. O crime, cometido por um ex-empregado que também foi morto na luta corporal travada com Virgílio, jamais teve suas causas esclarecidas.

III- Análise Ideológica

O Manifesto se diz moderado sem pretensão de causar grandes agitações populares, porém nossa análise identifica-o como um documento de pretensões subversivas em sua própria natureza. O próprio nome já indica qual é o real objetivo de seus redatores e signatários. A palavra manifesto significa exprimir publicamente um sentimento, uma opinião política, em suma uma manifestação do pensamento. No caso do manifesto dos mineiros, esta expressão pública contra a política Varguista ditatorial e o processo de redemocratização proposto e

conduzido por Getúlio Vargas. Apesar das palavras, usadas por Odilon Braga deixarem expressamente claro que o objetivo deste documento não era incitar o povo a uma revolução, o manifesto dos mineiros foi muito mais além das palavras escritas naquele panfleto, entregue de mão em mão e de casa em casa, com certeza, pois além de ser primeiro documento, contra o governo, a furar a censura e a quebrar o silêncio da oposição em 1943, o discurso empregado no manifesto era de exaltação da democracia e de constantes ataques aos governos totalitários e ditatoriais. Seus redatores colocam a responsabilidade de mudar a ordem política, do Brasil Vargasista, nas mãos dos mineiros devido a sua intensa participação na história política do Brasil. Conscientização de que o povo mineiro também comunga das idéias democráticas e esta indignação quanto à falta de liberdade provém do povo mineiro, o manifesto só compilou e escreveu essas idéias democráticas contra o governo de Vargas. O manifesto deixa claro seu ataque ao Estado Novo instaurado por Getúlio Vargas no Brasil.

Termos como personificação do poder, unitarismo, estado monocrático, usurpação da soberania foi à forma com que Odilon Braga em seu manifesto demonstrou a insatisfação quanto à ditadura estabelecida e a falta de liberdade em se fazer oposição no Brasil. Um fato não tão curioso se analisado de forma mais profunda é o fato de que o documento exalta e reconhece o progresso material que o governo Vargas trouxe ao povo brasileiro e a forma como o governo mobilizou suas riquezas naturais favorecendo o povo naquele momento. Porém julga desnecessário o sacrifício do direito cívico em prol do progresso econômico, usando o exemplo que em outros países se conseguiu este progresso mantendo os direitos sob uma constituição que exalta o direito dos cidadãos. A crítica não só ao governo Vargasista no Estado Novo, mas desde 1930 e como ele chegou ao poder. O desejo de sempre estar no poder faz com que a classe governante apresente um sucessor. Esta frase mostra claramente a insatisfação com que a oposição, tinham

com a política brasileira. Não seria preciso outra revolução como a Revolução de 30 e sim uma mudança no espírito democrático do povo. Apesar do manifesto tratar o Estado Novo de Vargas como um governo fascista.

O governo usa o povo prometendo prosperidade, uma forma fascista de legitimar o abuso de poder. Outra proposta do manifesto é de que o povo tem que prestar atenção na organização política e no passado histórico de outros manifestos contra a política antidemocrática. “União é harmonia espontânea e não unanimidade forçada” e “Convergência de propósitos lúcidos e voluntários e não a soma de adesões insinceras” foram frases utilizadas no manifesto para mostrar o quanto transparente era a crítica do documento contra a ditadura. Outro argumento contra a falta de liberdade peculiar no Estado Novo foi de que ela tornaria o Brasil incapaz de lutar na Guerra. Daí a contradição maior apontada no próprio manifesto de que o Brasil Lutou ao lado dos aliados contra o fascismo totalitário, sendo que nosso governo tinha adotado um regime ditatorial fascista. O manifesto dos mineiros aponta para o entendimento de que a base moral fascista consiste na separação entre governantes e governados e a base moral Cristã democrática aposta na aproximação de todos numa mesma pátria e na prática de poder e obediência por parte de todos indistintamente. Os ocidentais aprenderam através da história que a democracia é a única salvação possível, diz o manifesto, que também mostra ao povo que a guerra será sempre provocada se o povo for tomado pelo pacifismo. Mostrando e incitando claramente o povo a não ser passivo diante de sua realidade, pois essa passividade é que traz guerra.

A proposta final do manifesto é de que o espírito democrático seja encarado de forma intensa e que a busca por garantias constitucionais, segurança econômica e bem-estar nacional seja a causa e a consequência da luta contra o

governo ditatorial, sobre a conquista da liberdade do pensamento político. A intensão de suscitar outros movimentos como esse no país também se fez claro no documento e que a esperança que no Brasil pós-guerra o povo possa de forma liberta, de acordo com a democracia americana, escolher através o voto espontâneo e livre seu representante maior no governo. O povo é incitado a dar tudo pela vitória na 2ª Guerra Mundial e a vitória da democracia sobre o fascismo primeiro no mundo depois no Brasil.

O manifesto dos mineiros em uma análise final mostra claramente sua insatisfação e indignação com o Estado Novo de Vargas e convoca o povo a lutar contra esta ditadura e a favor da democracia se inspirando nos atos anteriores em que manifestações deram vida a idéias que questionavam o governo vigente em suas respectivas épocas. O grito de liberdade de uma classe de intelectuais e profissionais liberais que mostram ao povo mineiro a responsabilidade que este tem em promover um espírito não passivo diante da falta de democracia, em que Getúlio Vargas impôs no processo de redemocratização da política no país. O que é visto também é que o manifesto retratava uma visão que, após o processo de redemocratização, representaria a visão da UDN sobre a política de Vargas já que seus principais signatários ficaram diretamente ligados ao partido. Este documento foi o marco na quebra da censura e um incentivo a outros movimentos em todo o país em prol da democratização do país.

IV- Referencias Bibliográficas:

SODRÉ, Nélon Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 1967.

MELLO Franco, Virgílio. *A campanha da UDN*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946.

Sob o signo da resistência. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1947.

CARVALHO, José Murilo. Forças Armadas e política, 1930/1945. In: *A revolução de 30*. Seminário Internacional Brasília. Editora da Universidade de Brasília. 1982.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte, UFM, 1986

MICELLI, Sérgio. Carne e osso da elite política brasileira. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1986.

V- Anexo

Manifesto dos mineiros

(24 out. 1943)

AO POVO MINEIRO

As palavras que nesta mensagem dirigimos aos mineiros queremos que sejam serenas, sóbrias e claras. Nelas não se encontrará nada de insólito, nenhuma revelação.

Dirigimo-nos, sobretudo, ao espírito lúcido e tranqüilo dos nossos coestaduanos, à sua consciência firme e equilibrada, onde as paixões perdem a incandescência, se amortecem e deixam íntegro o inalterável senso de análise e julgamento.

Este não é um documento subversivo; não visamos agitar nem pretendemos conduzir. Falamos à comunidade mineira sem enxergar divisões ou parcialidades, grupos correntes ou homens. Assim como não pretendemos conduzir, não temos o

propósito de ensinar. Mas ensinar é uma coisa e recordar, retomar consciência de um patrimônio moral e espiritual, que seria perigoso considerar uma vez por todas como definitivamente adquirido, é outra muito diferente.

Num tom de conversação em família - família numerosa, porém unida e solidária -, queremos recordar aos mineiros que o patrimônio moral como o espiritual não sobrevive ao desleixo. Os bens materiais arruínam-se e se perdem quando a diligência do dono não se detém sobre eles. As conquistas espirituais também se perdem quando o homem as negligencia, por lhe parecer assegurada a sua posse.

As idéias e sentimentos a que buscamos aqui dar expressão cessaram de ser um estado natural de coisas. Uma dúvida paira sobre elas, no seio dos povos cujo espírito de demissão se acomodou com os atentados aos mais imprescritíveis direitos do homem e do cidadão.

O Brasil pertence à cultura ocidental e dela não se poderá isolar nunca. Exatamente porque o nosso destino está de maneira indissolúvel ligado ao Ocidente, nós sofremos a flutuação dos seus valores morais e espirituais.

A democracia não era mais, há alguns anos passados, um bem assegurado. Vivia ameaçada de dentro e de fora das nações, e em muitos países falhou completamente.

Em consequência desses acontecimentos, que atingiram várias das maiores nações do Ocidente, o povo de Minas Gerais como, afinal, o de todo o Brasil, vê-se forçado a uma atitude de total retraimento e absoluto mutismo.

Por isso, as idéias que aqui recordamos aos mineiros, passaram a constituir, apenas, o tema das palestras e comentários privados, no seio dos lares da nossa pacífica e grave Minas Gerais.

A extinção de todas as atividades políticas e de todos os movimentos cívicos forçou os mineiros, reduzidos à situação de meros habitantes da sua terra, a circunscreverem a sua vida aos estreitos limites do que é quotidiano e privado.

Quem conhece a história das tradições da nossa gente, pode medir a extensão da violência feita ao seu temperamento por essa compulsória e prolongada abstinência da vida pública.

O amor à crítica e ao debate, o apego às prerrogativas da cidadania, o dever político, no seu mais nobre e dignificante sentido, numa palavra, a irresistível vocação para a vida pública, não são, sem dúvida, felizmente, no Brasil, privilégio dos mineiros; mas devemos orgulhar-nos, por todas as razões, do fato de ser a comunidade mineira no País, por influência dos fatores de ordem histórica e social, aquela onde esse sentimento dos interesses coletivos e essa compreensão do *múnus* cívico, essa indomável e ativa tendência política nunca perderam sua força e constância.

As palavras ponderadas desta mensagem, que dirigimos aos nossos coestaduanos, inspiram-se, pois, nas suas mais firmes tradições de civismo e no seu reconhecido apego aos ideais políticos que se realizam pela autonomia estadual e pela democracia. Nada mais são do que o eco, por nós recolhido e intensificado, das que foram proferidas, nos prenúncios da Independência, por Tiradentes e seus companheiros de infortúnio e de glória e que mais tarde, no Império, deveriam

reboar pelos vales e quebradas da nossa província, no decurso de lutas memoráveis e de incessantes arremetidas contra a personificação do Poder, sempre conducente aos desequilíbrios e paralisias do unitarismo e às restrições das liberdades públicas e privadas.

Fomos buscar inspiração no passado, porque nele procuram assentar a constância de sua regência política os que, entre nós, por uma errônea interpretação da História, nele somente vislumbram algumas não contestadas vantagens da centralização administrativa e do Governo monocrático, sem atentarem para os males, de muito maior extensão, que lhes são inerentes, sobretudo para a sua fatal tendência a usurpações da soberania.

Recorrendo por nosso turno àquele passado, temos em vista focalizar, de preferência, as ininterruptas reivindicações cívicas e provinciais que deveriam manter a opinião do País em contínua vigilância e suspender, no impulso dos seus movimentos, entre muitos outros, homens da têmpera e da vocação democrática de Teófilo Otoni, Francisco Otaviano, Tavares Bastos, José Bonifácio, o Moço, Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, Campos Sales, Prudente de Moraes, Cesário Alvim, João Pinheiro, Rui Barbosa, Benjamim Constant, Assis Brasil e Júlio de Castilhos.

Tal qual se vê, desejamos retomar o bom combate em prol dos princípios, das idéias e das aspirações que, embora contidas ou contestadas, haveriam de nos dar a Federação e a República, não como criações artificiais de espíritos românticos e exaltados, mas sim como iniludíveis imposições de forças históricas profundas. E ao fazê-lo queremos afirmar, peremptória e lealmente, que não nos movemos contra pessoas nem nos impele qualquer intuito de ação investigante ou

julgadora de atos ou gestos que estejam transitoriamente compondo o presente capítulo dos nossos anais. Apenas não foi este o estilo de vida a que aspiramos no passado e não é o que almejamos para o futuro.

A prosperidade nos negócios, o êxito nas atividades profissionais, a riqueza, o conforto, o gozo das tranqüilidade fácil de todos os dias, mesmo que existissem, não esgotariam as nossas aspirações, nem resumiriam a nossa concepção do destino humano.

Para que não se ponha em dúvida à sinceridade dos sentimentos que nos animam, reconhecemos que o Brasil está em fase de progresso material e tem sabido mobilizar muitas de suas riquezas naturais, aproveitando inteligentemente as realizações do passado e as eventualidades favoráveis do presente.

Limitar-nos-emos a notar que, em outros países, assim como vinha sucedendo no nosso próprio, idênticos resultados foram conseguidos sem o sacrifício dos direitos cívicos, o que demonstra não serem peculiares a formas autoritárias de governo.

Não se infira, porém, da ressalva feita, que desejamos voltar aos vícios das organizações e práticas políticas anteriores a 1930. Impossível seria negar que, de posse do poder, muitos dos seus homens não raro se valiam, como se suas próprias fossem, das graves faculdades de pagar e prender, nomear e demitir, promover e premiar, a fim de adquirir e penhorar dedicações pessoais, com que armavam e mantinham máquinas eleitorais, destinadas a corromper a expressão dos sufrágios populares e a impedir o livre desenvolvimento das nossas melhores vocações políticas. Condenamos, com firmeza, os erros, as corrupções e os abusos do regime

transposto definitivamente em outubro de 1930. Mas se um desses abusos, aquele que, antes de todos, deveria suscitar a Revolução, foi precisamente o da hipertrofia no Poder Executivo, manifestação atávica do poder pessoal, nunca suficientemente condenado no Império e nos últimos tempos da chamada República Velha, caracterizado pela incidência da chefia suprema do Governo e da política nas mãos de um só homem, sempre desejoso de perpetuar-se mediante indicação de um sucessor, se, entre aqueles erros, os mais apontados entendiam com o ludíbrio da opinião pública, traduzida em sufrágio, e com a opressão de estados de sítio de duvidosa legitimidade e de excessiva duração, claro é que, recusando-nos a volver ao passado, impossível nos seria aceitar como definitiva qualquer ordem política na qual, para evitar a defraudação de sufrágios, se fechassem as urnas; para prevenir o estado de sítio ilegal se fizesse legal a sua perpetuidade e, por derradeiro, para obstar à hipertrofia do Poder Executivo, fosse este transformado em poder Constitucional realmente único. Não é bastante que figurem em diplomas constitucionais franquias e direitos dos cidadãos. O essencial é que sejam assegurados e que possam ser exercidos.

Louvando os homens de 1930, civis e militares, pelo empenho posto na destruição das velhas máquinas eleitorais, montadas com o indevido emprego das seduções e recursos do poder público, estamos seguros de que não teremos de assistir a repetição daqueles processos, nem mesmo sob a aparência de ensaios de corporativismo, quando estes se afastam da espontaneidade histórica e se transformam numa simples alavanca de governos de índole fascista.

Bem fixadas as marcas características da nossa formação e das nossas tendências, não poderemos fugir, sem grave desfiguração de ambas, ao dever de constatar que não é suprimindo a liberdade, sufocando o espírito público,

cultivando o aulicismo, eliminando a vida política, anulando o cidadão e impedindo-o de colaborar nos negócios e nas deliberações do seu governo que se formam e engrandecem as nações.

A ilusória tranqüilidade e a paz superficial que se obtêm pelo banimento das atividades cívicas podem parecer propícias aos negócios e ao comércio, ao ganho e à própria prosperidade, mas nunca benéficas ao revigoreamento e à dignidade dos povos.

Se tais são as nossas disposições de espírito e se mal algum poderá advir, para o esforço de guerra do Brasil, do estudo e da preparação de planos para a ponderada reestruturação constitucional da República, ao ser firmada a paz, no uso da liberdade de opinião, pela qual o Brasil também se bate, pedimos a todos os mineiros de boa vontade, sem qualquer compromisso de solidariedade partidária, que meditem sobre a organização política e administrativa que, à luz da experiência dos melhores homens e de sua atilada prudência, possam evitar os males do passado e os equívocos do presente e assegurar a ordem e a prosperidade do País.

Como temas históricos de necessária meditação, sugerimos os constantes da circular de 19 de setembro de 1860, de Teófilo Otoni; do manifesto republicano de 3 de dezembro de 1870; dos programas da convenção e do congresso realizados em fevereiro de 1882 e maio de 1884, no Rio Grande do Sul, adaptáveis às atuais circunstâncias. Igual atenção merecem as Constituições de 1891 e de 1934 e a Carta outorgada em 10 de novembro de 1937, bem como os documentos básicos das nossas grandes campanhas eleitorais de 1910, 1919, 1922 e 1930.

Atendendo à rapidez da evolução da humanidade para novas modalidades de equilíbrio social e internacional, julgamos da máxima importância o estudo e o desenvolvimento dos postulados da Carta do Atlântico e das Recomendações Preliminares para os problemas de após-guerra, da Comissão Jurídica Americana.

Assumindo a responsabilidade de iniciar, no grave momento que atravessamos, a preparação do povo mineiro para o exercício das suas prerrogativas fundamentais, cumpre-nos deixar, desde logo absolutamente certo que tudo faremos para que ela, de maneira alguma, possa comprometer a união cívica e moral que tanto importa resguardar, em face dos tremendos problemas da guerra.

Segundo pensamos, união é harmonia espontânea e não unanimidade forçada, convergência de propósitos lúcidos e voluntários e não soma de adesões insinceras.

Um povo reduzido ao silêncio e privado da faculdade de pensar e de opinar é um organismo corroído, incapaz de assumir as imensas responsabilidades de correntes da participação num conflito de proporções quase telúricas, como o que desabou sobre a humanidade.

Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam. A base moral do fascismo assenta sobre a separação entre os governantes e os governados, ao passo que a base moral e cristã da democracia reside na mútua e confiante aproximação dos filhos de uma mesma pátria e na

conseqüente reciprocidade da prática alternada do poder e da obediência por parte de todos, indistintamente.

No momento em que o mais antigo - o precursor dos Estados totalitários - naufraga no mar profundo dos seus próprios vícios, pressente-se que se aproxima, para todos os povos, a oportunidade de uma retomada de consciência dos valores democráticos, ou, para melhor dizer, de sua regeneração pelo sentimento e pelo pensamento.

Seu passageiro declínio explica-se pelo encanto da aparente novidade de que se revestiu a doutrina fascista. Só não desejam mudar os homens que estão tranqüilos. Os que sofrem, quaisquer que sejam eles, são ávidos de coisas novas. O que Júlio César dizia dos gauleses, que eram *novarum rerum cupidi*, pode ser atribuído a todos os seres humanos, com especialidade nas tormentosas quadras de reacomodações sociais e econômicas.

Quando surgiu, no ano de 1922, na Itália, o primeiro governo totalitário, toda a gente lhe augurou um próximo e inglório fim. Homens nascidos e criados dentro do espírito que o imenso acontecimento que foi a Revolução Francesa espalhou pelo mundo, os daquela geração tiveram a maior dificuldade em compreender, desde logo, essa aberração política, hoje crismada de "fascismo" e antes e sempre denominada despotismo.

A princípio, pretenderam circunscrevê-lo às fronteiras físicas e morais dos países atingidos pelo mal. Evidentemente, os fatos que o revelavam eram os italianos, ora alemães, ora espanhóis, ora portugueses, como portugueses, espanhóis, alemães e italianos eram os homens que o defendiam ou suportavam.

Mas os traços essenciais do drama produzido pelo desaparecimento da fé na liberdade e nos direitos que dignificam o homem, eram os de um fenômeno universal, resultante da inútil resistência a transformações econômicas e sociais, reclamadas por indomáveis imperativos de justiça e de solidariedade humana.

Chumbados a interesse de mesquinho egoísmo, não foram poucos os conservadores que aderiram à perigosa aventura de restauração das bastilhas do absolutismo e a financiaram, na ingênua suposição de que salvariam, por esse modo, anacrônicos privilégios.

Desprevenido diante dos frios cálculos e manobras maquiavélicas do seu novo inimigo, o regime democrático, em muitas oportunidades, mas especialmente na reunião de Munique, concluiu tratados de má-fé recíproca entre a paz e a violência.

As decepções decorrentes da abdicação não se fizeram esperar muito. Regenerados, porém, pelo sofrimento, purificados pela dor, os povos ocidentais compreenderam, ainda uma vez, que fora da democracia não há salvação possível, para a paz e para as liberdades que enobrecem e exaltam a espécie humana. E dão por igual um outro decisivo testemunho: o de que o seu princípio vital é realmente, a virtude, segundo a bela demonstração do assaz malsinado e raramente lido Montesquieu.

Mas, para que a democracia produza frutos, é necessário que o homem da rua e o das classes dirigentes possuam o mesmo apurado sentido de bem comum e a mesma ardente e abnegada ambição de servir. Do contrário, será mera aparência. Para que esse regime sobreviva, como sobreviveu na Inglaterra e nos

Estados Unidos, é necessário que as nações se convençam de que provocarão a guerra em lugar de bani-la sempre que o seu pacifismo for mais forte do que a decisão de lutar pela própria sobrevivência. Sendo a guerra um monstruoso crime, cumpre que as nações se armem moral e materialmente, para punir os grupos humanos que o pratiquem ou tentem praticar.

Do que fica dito, fácil é inferir que a democracia por nós preconizada não é a mesma do tempo do liberalismo burguês. Não se constitui pela aglomeração de indivíduos de orientação isolada, mas por movimentos de ação convergente. Preconizamos uma reforma democrática que, sem esquecer a liberdade espiritual, cogite, principalmente da democratização da economia.

Num e noutro domínio, o tempo do liberalismo passivo já findou. Não é de fraqueza renunciante e de tolerância céptica que a democracia precisa. Assim escoltada, ela pareceria digna de piedade, em face das doutrinas baseadas na violência e que nenhum escrúpulo detêm. Ao reconhecimento disto ligamos a renovação espiritual do regime democrático.

Quanto à sua renovação econômica, toda a gente sabe o que significa. Sua culpa moral e sua inferioridade - que ao próprio fascismo dá oportunidade de fazer valer um arremedo de idealismo - reside no domínio do dinheiro, que, com a passividade da revolução burguesa, substituiu-se sub-repticiamente às desigualdades do feudalismo, o que é, sem dúvida, mais moderno, embora seja igualmente injusto.

Queremos alguma coisa além das franquias fundamentais, do direito de voto e do *habeas corpus*. Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de

garantias constitucionais, que se traduzam em efetiva segurança econômica e bem-estar para todos os brasileiros, não só das capitais, mas de todo o território nacional. Queremos espaço realmente aberto para os moços, oriundos de todos os horizontes sociais, a fim de que a nação se enriqueça de homens experimentados e eficientes, inclusive de homens públicos, dentre os quais venham a surgir no contínuo concurso das atividades políticas, os fadados a governá-la e a enaltecê-la no concerto das grandes potências, para o qual rapidamente caminha. Queremos liberdade de pensamento, sobretudo do pensamento político.

Ao dar expressão desse modo às aspirações de Minas Gerais, dentro da comunhão brasileira, tivemos presente, acima dos pontos de vista regionais, as coordenadas que enquadram todo o vasto panorama dos anseios e das necessidades do Brasil, e esperamos que idênticos movimentos se processem em todos os demais Estados.

Em verdade, Minas não seria fiel a si mesma se abandonasse sua instintiva inclinação para sentir e realizar os interesses fundamentais de toda a Nação.

Concluindo, reiteramos a nossa solidariedade com os compromissos do Brasil, a cuja política de guerra - tal como todos os brasileiros dignos deste nome - temos prestado e continuaremos a prestar o nosso inteiro apoio.

Exatamente por sermos fiéis a esses compromissos, entendemos que nos cumpre cogitar, desde já, com patriotismo e prudência, da organização política do país no após-guerra, tendo em vista principalmente as indicações da Carta do Atlântico. O povo a que alude este famoso documento que orienta a comunidade das Nações Unidas, só pode ser o que se manifesta pelo voto espontâneo e livre,

pois, de outra sorte, absurdo e iníquo seria que se destruísse, com tão surpreendente dispêndio de sangue e de riqueza, o sistema político que Hitler e Mussolini e seus inúmeros cúmplices sempre proclamaram como aplaudido e consagrado pelos povos da Itália e da Alemanha, para mantê-lo sob especiosos disfarces depois da vitória.

Em suma: anunciando que a Nação será convocada para a sua estruturação política, parece-nos - tal como já foi dito em Londres - que, se os povos aguardarem a vitória a fim de escolherem os seus rumos, terão para isso perdido uma das supremas oportunidades da História.

Eis por que, no momento em que devemos, unidos e coesos, sem medir sacrifícios e sem quebra ou interrupção da solidariedade já manifestada, dar tudo pela vitória do Brasil, entendemos que é também contribuir para o esforço de guerra conclamar, como conclamamos, os mineiros a que se unam acima de ressentimentos, interesses e comodidades, sob os ideais vitoriosos a 15 de novembro de 1889 e reafirmados solenemente em outubro de 1930, a fim de que, pela federação e pela democracia, possam todos os brasileiros viver em liberdade uma vida digna, respeitados e estimados pelos povos irmãos da América e de todo o mundo.

Belo Horizonte, 24 de outubro de 1943.

Adauto Lúcio Cardoso - Adolfo Bergamini - Achilles Maia - Afonso Arinos de Melo Franco - Afonso Pena Jr. - Alaor Prata - Alberto Deodato - Alfredo Carneiro - Viriato Catão - Alfredo Martins de Lima Castelo Branco - Aloísio Ferreira de Sales - Álvaro Mendes Pimentel - André de Faria Pereira - Antônio Carlos Vieira Cristo -

Antônio Neder - Artur Bernardes - Artur Bernardes Filho - Artur Soares de Moura - Astolfo Resende - Augusto Couto - Augusto de Lima Jr. - Belmiro Medeiros da Silva - Bilac Pinto - Bueno Brandão - Caio Mário da Silva Pereira - Caio Nelson de Sena - Cândido Naves - Carlos Campos - Carlos Horta Pereira - Carmelindo Pinto Coelho - Dalmo Pinheiro Chagas - Daniel de Carvalho - Dario de Almeida Magalhães - Darci Bessoni de Oliveira Andrade - Edgar de Oliveira Lima - Edmundo Meneses Dantas - F. Mendes Pimentel - Fausto Alvim - Feliciano de Oliveira Pena - Flávio Barbosa Melo Santos - Francisco de Assis Magalhães Gomes - Galba Moss Veloso - Geraldo Resende - Gilberto Alves da Silva Dolabela - Gudesteu Pires - Heitor Lima - J. Sandoval Babo - João do Amaral Castro - João Edmundo Caldeira Brant - João Franzen de Lima - João Romero - Joaquim de Sales - Jonas Barcelos Correia - José de Magalhães Pinto - José Maria Lopes Cansado - José Maria Leão - José do Vale Ferreira - Lincoln Prates - Luís Camilo de Oliveira Neto - Mário Brant - Maurício Limpo de Abreu - Milton Campos - Múcio Continentino - Nelson de Sena - Otávio Murgel de Resende - Odilon Braga - Ovídio de Andrade - Paulo Pinheiro Chagas - Pedro Aleixo - Pedro Batista Martins - Pedro da Silva Nava - Raul de Faria - Ronan Rodrigues Borges - Salomão de Vasconcelos - Sílvio Marinho - Tristão da Cunha - Virgílio A. de Melo Franco.

Nota: Na impossibilidade de submeter este manifesto até 24 do corrente, à assinatura de outros coestaduanos que de certo o teriam firmado, os seus signatários a ele juntarão, oportunamente, os nomes daqueles que lhe queiram dar a sua aprovação.